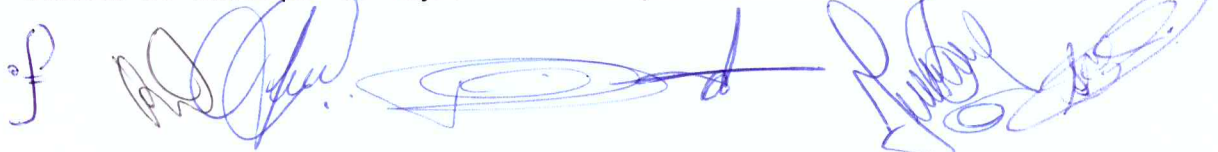


ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE ITAJAÍ

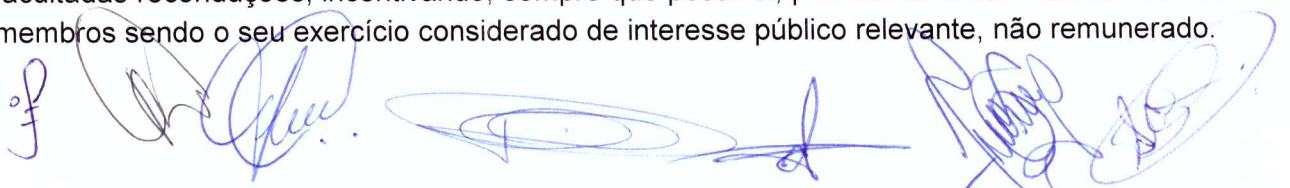
Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezenove às quatorze horas na sala de Reunião dos Conselhos da Secretaria de Educação, realizou-se reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí - CONEGI. Estavam presentes nesta reunião, o Presidente João de Deus Peixoto Brito representante da ANANG- Associação dos Naturais e Amigos de Angola, Fernanda Cristina da Luz e Sara Jane Ternes, representantes da Secretaria de Promoção da Cidadania, Maria Paulina P. da Silva, representante da Secretaria de Saúde, Juliana Vargas de Oliveira Representante da Secretaria da Assistência Social, Arthur Leite da Silva, representante da Fundação Cultural, Taysa Jeane Silva representante da Secretaria de Educação, Joao Antônio da S. Gadelha representante do instituto Exc. Desenvolvimento Sustentável, Aparecido da Silva Martins representante da OAB Itajaí, Salete Aparecida dos Santos e Roseni da Graça Raphael representante do Núcleo Afrodescendente Manoel Martins dos Passos, Bruna Dayana Malaquias da Silva representante do Instituto Isabel Costa. A reunião teve como Pauta única a revisão do Decreto Nº 8230, De 18 De Maio De 2007 que institui o Regimento Interno do CONEGI. A conselheira Fernanda apresentou um estudo com as alterações, que também foram analisadas e sugeridas pelo representante da OAB, Dr. Aparecido e estas foram discutidas, debatidas, ponderadas e aprovadas ponto a ponto, por unanimidade entre todos os presentes, buscando sempre um consenso, sendo dez votos favoráveis para aprovação. Foi verificado que tratava-se do primeiro Regimento Interno elaborado, e por este motivo continha muitas necessidades de alteração, porém apesar de algumas dúvidas, nas discussões todos os presentes opinaram até que se chegasse ao consenso item a item. Um tema que foi revisto e adequado, foi relacionado as Comissões, especialmente para que neste momento pudesse ficar estabelecida a Comissão Permanente de Denúncias, no sentido de efetivar esta ação e deixá-la adequada para atuação. Abaixo segue na íntegra o que foi aprovado:

DECRETO Nº 8230, DE 18 DE MAIO DE 2007. APROVA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE ITAJAÍ. O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições e, de acordo com o art. XX da Lei nº 4.672, de 24 de novembro de 2006, DECRETA: Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Da Comunidade Negra de Itajaí, parte integrante deste Decreto. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura de Itajaí, XX de maio de XXXX. VOLNEI JOSÉ MORASTONI. Prefeito de Itajaí.

Capítulo I DA FINALIDADE Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí, criado pela Lei nº 4.672 de 24/11/2006, no uso de suas atribuições, composto paritariamente por representantes Governamentais e Não Governamentais e vinculado a Secretaria de Promoção da Cidadania, reger-se-á pelo presente Regimento Interno, em conformidade com a legislação vigente. **Art. 2º** O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí, é órgão colegiado, permanente e paritário, de caráter deliberativo no âmbito da sua competência, propositivo e consultivo nos demais casos, possuindo como atribuições e competências conforme disposto na Lei Municipal 4.672 de 24 de novembro de 2006. **Capítulo II DAS COMPETÊNCIAS Art.3º** Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí, conforme legislação específica: I - formular diretrizes e promover no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Itajaí, atividades que visem os direitos da comunidade negra,

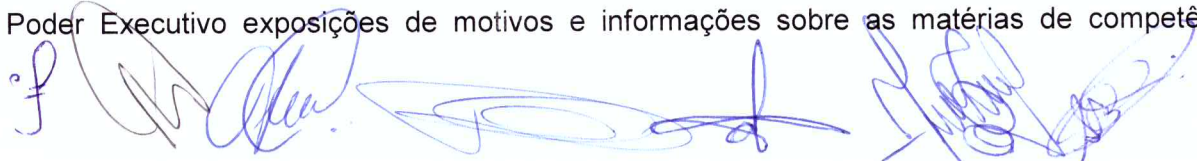


eliminando discriminações que a atingem, bem como sua plena inserção na vida socioeconômica e político cultural; II - assessorar o Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres, deliberando e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo, nos âmbitos, federal, estadual e municipal, em questões relativas à comunidade negra, com o objetivo de defender seus direitos e interesses; III - receber orientações, solicitações e sugestões oriundas das entidades representativas da comunidade negra que compõem a cidade de Itajaí; IV - desenvolver, realizar e publicar estudos, debates e pesquisas relativas à comunidade negra; V - fiscalizar e tomar as providências para o cumprimento da legislação favorável aos direitos da comunidade negra; VI - desenvolver projetos que promovam a participação da comunidade negra, em todos os níveis de atividades; VII - estudar os problemas, receber sugestões da sociedade, opinar e deliberar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas; VIII - apoiar as realizações concernentes à comunidade negra, promovendo atendimento e intercâmbio com organizações nacionais e internacionais, afins ou não; IX - promover junto às escolas, entidades representativas e organizações sociais e classistas, debates e estudos para a conscientização da comunidade negra; X - fazer-se representar em qualquer órgão ou fóruns, que promovam a discussão de políticas públicas e/ou sociais de caráter geral; XI - manter entendimentos, promover intercâmbios, firmar protocolos e outros ajustes, junto à iniciativa privada nacional e internacional, ou bem como a administração direta e indireta, estadual, municipal e federal, assim como junto às empresas de capital misto de todos os níveis de administração no país, com a finalidade de obter apoio para a realização de projetos de sua autoria, como também de contribuir na implementação de programas e/ou projetos de ações afirmativas para a comunidade negra de Itajaí; XII - elaborar, aprovar, modificar ou revogar o seu Regimento Interno homologado pelo Prefeito; XIII - estabelecer políticas de Valorização da Comunidade Negra de Itajaí. **Capítulo III DA ORGANIZAÇÃO Art. 4º** O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí será composto por 16 membros sendo: I - 08 (oito) Conselheiros Titulares, com respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos e entidades governamentais do Município: a) 01 (um) representante da Secretaria de Promoção da Cidadania b) 01 representante da Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FMEL c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação; d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico g) 01(um) representante da Fundação Cultural de Itajaí; h) 01 (um) representante da Secretaria de Segurança Pública. II - 08 (oito) Conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais. **Art. 5º** As entidades não governamentais serão escolhidas bienalmente, em fórum próprio, convocado pela Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, observando os princípios de escolhas constantes no edital de convocação. Após escolhidas, estas indicarão os seus representantes titulares e suplentes. **§ 1** Os Editais serão elaborados pela Secretaria de Promoção da Cidadania com a efetiva participação do Conselho através de comissão específica para acompanhamento do processo de realização do Fórum Próprio. **§ 2** À OAB através de suas Comissões específicas terá assegurado assento definitivo no CONEGI, ocupando uma vaga de representação não governamental, que será indicado pela própria entidade. **§ 3** Nas ausências e nos impedimentos dos Conselheiros, assumirão os seus suplentes, quando se tratar de entidades ou órgãos governamentais, e pela ordem numérica de suplência, quando representantes de entidades não-governamentais. **Art. 6º** O mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, facultadas reconduções, incentivando, sempre que possível, priorizando a alternância dos seus membros sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante, não remunerado.

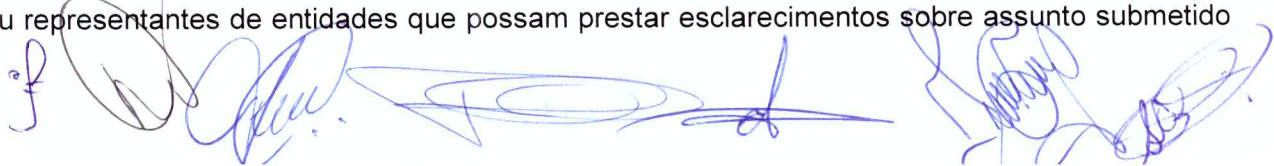


Art. 7º Os membros governamentais do Conselho poderão ser substituídos, a qualquer tempo mediante a indicação do Poder Executivo. Já os membros Não Governamentais seguirá a ordem numérica de suplência, dada através do Fórum Próprio de Eleição. **Capítulo V DO FUNCIONAMENTO**

Art. 8º O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí reunir-se-á mensalmente em sessões ordinárias e extraordinárias convocadas pelo seu Presidente ou decorrentes de requerimento da maioria absoluta dos seus membros titulares. **Art. 9º** As sessões ordinárias do Conselho, ressalvadas as situações de excepcionalidade, deverão ser convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias e as extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, com a disponibilização, no mesmo prazo, da pauta e dos documentos. **Art. 10** Cada membro, no exercício da titularidade, terá direito a um voto, com exceção do Presidente que possuirá também o voto de desempate. Será garantido aos membros suplentes e demais participantes presentes às reuniões somente o direito a voz. **Art. 11** As reuniões do Conselho somente serão realizadas com 50% mais um dos seus membros, em primeira convocação, ou com qualquer número na segunda convocação no tempo de 10 (dez) minutos. **Art. 12** Este Regimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí definirá sua estrutura interna, seu funcionamento, a competência da plenária, da Diretoria, de seus membros, dos grupos de trabalho e comissões que vierem a ser formadas, e poderá ser revisto a qualquer tempo respeitando quorum qualificado de $\frac{3}{4}$ dos Conselheiros votantes. Compete aos Conselheiros(as): I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados; II - participar das atividades do Conselho, com direito à voz e voto; III - debater e deliberar sobre as matérias em discussão; IV - requerer informações, providências e esclarecimentos à Diretoria; V - participar das Comissões para as quais forem indicados; VI - apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados; VII - solicitar a verificação de quorum. **Parágrafo Único:** Qualquer membro poderá pedir vistas de um processo antes da sua votação em Plenário. **Art. 13** Perderá o mandato o Conselheiro que: I - desvincular-se do órgão de origem da sua representação; II - faltar 03 (três) reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) intercaladas, sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno deste Conselho; III - apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na seção seguinte à data do protocolo de recebimento; **Art. 14** Nos casos de renúncia, impedimento ou falta de membros titulares governamentais serão indicados pelas secretarias e os não governamentais serão substituídos pelos suplentes, automaticamente. **Art. 15** As entidades ou organizações representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva, ou quarta intercalada, através de correspondência da Diretoria do Conselho. **Art. 16** Perderá o mandato a instituição que extinguir sua base territorial de atuação no Município de Itajaí, ou que tenha se manifestado de forma incompatível com as diretrizes deste Conselho; **Art. 17** Será considerada justificada a falta do membro do Conselho na sessão, àquelas que forem encaminhadas formalmente por e-mail com antecedência mínima de 24h e forem aprovadas pela Plenária. **Capítulo IV DA ESTRUTURA** **Art. 18** O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí tem a seguinte estrutura básica: I – Diretoria; II - Plenário; III - Comissão Permanente de Denúncias e IV: Comissões constituídas por resolução do plenário. **§ 1º** A Diretoria é composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos para o mandato de dois anos, na primeira sessão ordinária, após a composição dos Conselheiros. a) Compete ao presidente: Dirigir e orientar os trabalhos internos do Conselho; Convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, além do voto pessoal, o de qualidade (desempate); Exercer a representação externa do Conselho em parceria com os demais membros da diretoria; Assinar as deliberações do Conselho e os atos relativos ao seu cumprimento, bem como as atas aprovadas nas reuniões; Submeter à apreciação do plenário o relatório anual do Conselho; Encaminhar ao Poder Executivo exposições de motivos e informações sobre as matérias de competência



do Conselho; Delegar competências ao Secretário, quando necessário; Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno adotando as providências que se fizerem necessárias. b) Compete ao Vice-Presidente: Substituir o Presidente em suas faltas e/ou impedimentos; Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções. c) Compete ao 1º Secretário: Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e/ou impedimentos; Manter a relação completa e atualizada dos Conselheiros e, também, das entidades relacionadas ao desenvolvimento da Comunidade Negra; Lavrar as atas das reuniões; Planejar, organizar e coordenar as atividades técnicas e administrativas do Conselho; organizar os serviços de protocolo, distribuição e manter o arquivo da documentação relativo às atividades do Conselho em parceria com o órgão do executivo destinado a apoiar o CONEGI; Propor e acompanhar o calendário e a agenda das reuniões do Conselho; Convocar as reuniões do Conselho, por determinação de seu Presidente; Elaborar o relatório anual de atividades, juntamente com toda a diretoria do Conselho; comunicar, encaminhar e fazer publicar as deliberações emanadas do Plenário; Encaminhar ao chefe do poder executivo, as decisões do Conselho; d) Compete ao 2º Secretário: Substituir o 1º Secretário em suas faltas e/ou impedimentos; Auxiliar o 1º Secretário no exercício de suas funções. **§ 2º** O Plenário é a instância superior, constituído pelos conselheiros titulares ou suplentes representativos do Conselho que funcionará em sessões ordinárias e extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento. a) Compete ao Plenário: Propor e aprovar alterações deste Regimento para homologação pelo Prefeito; propor e aprovar normas, procedimentos, leis e ações destinadas à comunidade negra; Propor e aprovar a celebração de acordos e parcerias com as entidades públicas e privadas, avaliando todos os seus aspectos; Promover discussões referente a garantia dos direitos da comunidade negra sugerindo conferências, seminários, palestras e debates junto aos meios de comunicação e às entidades públicas e privadas; Receber as denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração, encaminhamento aos órgãos municipais e estaduais responsáveis. O Plenário do Conselho, observado o quorum estabelecido, deliberará as demandas, podendo dispor também de Resoluções, Proposição, Indicações e Moções e outras adotadas pela aprovação da maioria dos presentes. **§ 4º** A Comissão Permanente de Denúncias será composta por no mínimo quatro conselheiros, respeitando a paridade, e terá por função receber, averiguar, dar encaminhamentos e pareceres às notícias de práticas dos crimes de racismo e/ou injúria racial e demais demandas denunciadas, respeitando suas competências e subsiste sem o prazo determinado para sua extinção. **§ 5º** As Comissões Temporárias, poderão ser constituídas internamente e serão instâncias encarregadas de desenvolver, examinar e relatar ao Plenário as matérias de sua competência. Estas comissões serão constituídas com finalidades especiais e que se extinguem quando preenchido o fim a que se destinam ou quando expirado o seu prazo de duração. O requerimento para criação da Comissão Temporária deverá indicar a finalidade, a justificativa para a criação pretendida, o número de membros que a comporá e a previsão do prazo de duração. Na composição das Comissões temporárias, poderá ser considerada a natureza técnica da matéria de sua competência e a finalidade dos órgãos ou entidades nela representadas e a iniciativa para propor a criação das Comissões temporárias e deverá ser sugerida e aprovada pela Plenária. **Art. 19** Das Comissões: Tanto a Comissão Permanente de Denúncias como qualquer Comissão Temporária que seja criada deverá: a) os membros de cada Comissão elegerão um Coordenador e um Relator que deverão ser integrantes do Conselho; b) cabe ao Coordenador da Comissão: organizar, convocar, conduzir, presidir as reuniões da respectiva Comissão e representá-la no Plenário do Conselho; c) as deliberações das Comissões serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros, sendo que, ao Coordenador da Comissão é conferido o voto de desempate; d) poderão participar das reuniões das Comissões, sem direito a voto, além dos demais membros do Conselho, técnicos ou representantes de entidades que possam prestar esclarecimentos sobre assunto submetido



196 à sua apreciação, devendo serem credenciados com antecedência, pelo Coordenador da
197 Comissão, ouvido seu plenário; e) em caso de vaga, licença, ou impedimento do Conselheiro
198 Titular o Presidente do Conselho nomeará o substituto legal. Este Regimento entrará em vigor
199 na data de sua publicação. Prefeitura de Itajaí, 17 de junho de 2019. Ao término desta reunião,
200 foi feito uma fala pela Conselheira Bruna, da importância e necessidade de o Conselho
201 estreitar os laços com os equipamentos de atendimento da cidade, sendo sugerido que
202 poderíamos iniciar pela rede de Segurança Pública, no sentido de chamarmos a participação
203 para nossa próxima reunião, e solicitar que os representantes que vierem representar os
204 órgãos, já possam vir munidos de dados para serem repassados ao Conselho. Assim, ficou
205 deliberado que a secretária Sara encaminhará esses convites e para próxima reunião Ordinária
206 contaremos com a presença de representantes da Polícia Militar, Polícia Civil, juntamente com
207 os representantes da Secretaria de Segurança Pública que já compõe este Conselho. Sem
208 mais a tratar, eu Fernanda Cristina da Luz lavrei a presente ata, que será lida e assinada por
209 mim e demais Conselheiros.

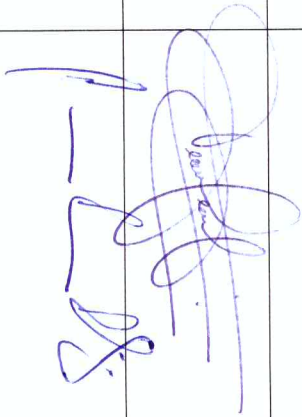
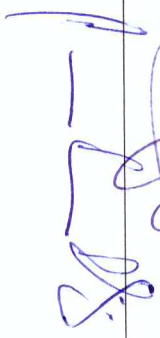

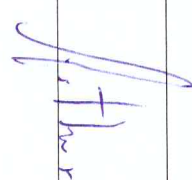
Three handwritten signatures in blue ink are visible. The first signature on the left is written in a cursive style and appears to read 'Bruna'. The second signature in the middle is more stylized and illegible. The third signature on the right is also stylized and illegible.


Lista de Presença

Reunião Extraordinária Conselho Municipal da Comunidade Negra – CONEGI

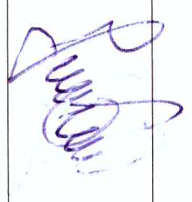
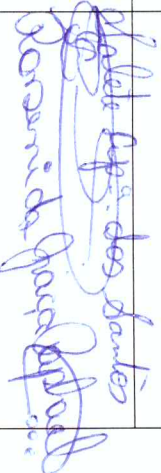
Data: 31/05/2019

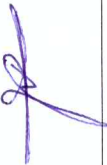



Representação Governamental

| Instituição | Representante | Contato | Assinatura |
|----------------------------------|--|----------------------------|---|
| SERFI | Titular: Sidneya Silva dos Santos Suplente: Sara Jane Terres | | |
| SECAJ | Titular: Liliane dos Santos de Souza Suplente: Fernanda Cristina da Luz | | |
| Secretaria de Educação | Titular: Taysa Jeane Silva Suplente: Cristhian da Silva | 49 999681164 3249-3332. |  |
| Secretaria de Saúde | Titular: Arizotele dos Santos Suplente: Maria paulina P. da Silva | 47 991410503 |  |
| Secretaria de Assistência Social | Titular: Juliana Vargas de Oliveira Suplente: Patrícia da Silva Silveira | (47) 996248828 |  |
| SEDEER | Titular: Rosane Maria Tuzi Suplente: Luciano Day | | |
| Fundação Cultural | Titular: Arthur Leite da Silva Suplente: Schibian Philemonn Oliveira | 47 98432 7096 |  |

| | | | |
|-------------------------------------|---|---|--|
| | | | |
| Secretaria de Segurança do Cidadão | Titular: Leciana Costa da Silva Suplente: Laís Alves Tavares | | |
| Secretaria de Promoção da Cidadania | Titular: Sara Jane Ternes Suplente: Fernanda Cristina da Luz |  | |
| | | | |
| | | | |

Representação Não Governamental

| Instituição | Representante | Contato | Assinatura |
|--|--|--------------------------------|---|
| Ilê Alaketú Oya Onira Axé | Titular: Adair Araujo Suplente: Sirene Aparecida Candido | | |
| Instituto Exc. Desenvolvimento Sustentável | Titular: João Antonio da S. Gadelha Suplente: Flávia Jacqueline Regis | 99231-1701 |  |
| Grupo Mariama | Titular: Fayola Daiane Bueno da Silva Suplente: Alessandra Cristina de Oliveira | | |
| N. R. A. Manoel Martins dos Passos | Titular: Salete Aparecida dos Santos Suplente: Roseni da Graça Raphael | 993344483133444699 99888441 |  |
| OAB Itajaí | Titular: Aparecido da Silva Martins | | |

| | | | |
|--------------------------------------|---|---|---|
| | Suplente: Neiva Buratto Maestri | 99995-9513 |  |
| E. S. Imperador da Cidade Nova | Titular: Levi Jose de Matos Suplente: Débora Nasdala Conceição de Matos | | |
| Ass. Dos Naturais e Amigos de Angola | Titular: João de Deus Peixoto Brito Suplente: Silvana Maria Cardozo | (42) 99906-0974 joa-angola@hotmail.com |  |
| Inst. I. S. Isabel Costa | Titular: Bruna Dayana Malaquias da Silva Suplente: Maria Conceição Pereira | brunamelao 996276296 brunamalaquias@yahoo.com.br |  |
| Sociedade Civil | | 996739651 |  |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |